

INFORMATIVO TRT6

Jornal do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região Recife-PE

setembro / 2015

ano XXII

n.º 223

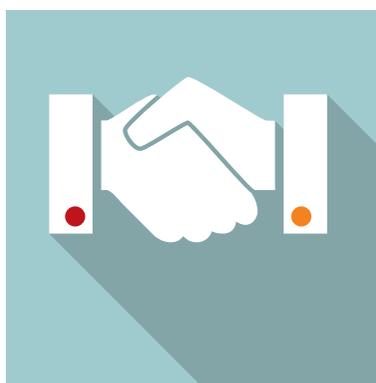
www.trt6.jus.br

R\$ 4,07 milhões são arrecadados na Semana Nacional da EXECUÇÃO TRABALHISTA 2015



A 5ª Semana Nacional da Execução Trabalhista movimentou as unidades da Justiça do Trabalho em todo o estado de Pernambuco. Graças às ações durante o mutirão, que incluíram audiências de conciliação e hastas públicas, mais de quatro milhões de reais serão destinados ao pagamento de créditos trabalhistas e recolhimentos fiscais e previdenciários. Em cinco dias, mais de 220 processos foram solucionados e cerca de duas mil pessoas atendidas.

Pág. 03



Núcleo de Conciliação

Instalado na sede do Regional, no Recife, unidade judiciária solucionou cerca de 260 processos em 50 dias com arrecadação de R\$ 6,4 milhões

Pág. 04



Justiça em Números

TRT-PE é o quinto mais produtivo do Brasil, superando média nacional, com Índice de Produtividade Comparada de 92,9% referente a 2014

Pág. 05

**Centrais de Audiência
e Execução em
funcionamento no Recife**

Pág. 04

**Três anos de PJe-JT
no TRT-PE**

Pág. 05

**Democracia é tema
de livro escrito pela
juíza Roberta Corrêa**

Pág. 08

Novo CPC ganha itinerário formativo exclusivo da Escola Judicial do TRT6

Com o objetivo de contribuir ainda mais para a qualificação de magistrados e servidores sobre o novo Código de Processo Civil (CPC), a Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (EJ-TRT6) tem oferecido um itinerário formativo especial esmiuçando o texto que entrará em vigor em março de 2016. Dividida em sete módulos independentes, a atualização jurídica estruturada pela unidade teve início em setembro passado e seguirá até o fim do ano.

Bastante procuradas, as aulas presenciais ocorrem, em sua maioria, na sala das Sessões do Pleno do TRT-PE, no edifício-sede da instituição, instalado no Recife. Cada etapa ganha uma versão na modalidade Educação a Distância (EAD) para contemplar os interessados que não puderem assistir às atividades pessoalmente.

O desembargador do TRT6 Sergio Torres e as juízas do Trabalho Luciana Conforti e Renata Nóbrega atuaram nos dois módulos do curso realizados em setembro. As próximas fases também contarão com palestrantes de renome pela grande bagagem jurídica. Entre eles, o pós-doutor pela Universidade de Salamanca (Espanha) e juiz do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE) Alexandre Freire Pimentel; o professor doutor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) Leonardo Faria Schenk; e o mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e juiz do TRT-RJ, Otávio Amaral Calvet.

Extensão - A realização do itinerário formativo também prevê a oferta de curso sobre o novo Código de Processo Civil em

EAD/autoinstrucional ministrado pelo acadêmico Fredie Didier Júnior. O palestrante é pós-doutor pela Universidade de Lisboa e livre-docente na Universidade de São Paulo (USP). A qualificação é destinada apenas a desembargadores e juízes. Em fase de estruturação pela EJ-TRT6, com ela, a carga horária total da iniciativa chegará a 113 horas.

Código - Sancionado pela presidente Dilma Rousseff em

março deste ano, o novo CPC é o primeiro elaborado em uma democracia. Sua redação substituirá o conteúdo usado por operadores do direito há mais de 40 anos. O código em vigor atualmente foi editado em 1973, concebido pelo então ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, durante a ditadura militar no país. A obra anterior foi criada durante o Estado Novo, em 1939, no governo Getúlio Vargas.



Juíza Renata Nóbrega foi uma das palestrantes do módulo

Elysangela Freitas

Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739, Bairro do Recife
50.030-902 Recife PE
Imprensa: 81-3225.3216
imprensa@trt6.jus.br

PRESIDENTE

Gisane Barbosa de Araújo

VICE-PRESIDENTE

Virgínia Malta Canavarro

CORREGEDOR

Ivan de Souza Valença Alves

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Eneida Melo Correia de Araújo

André Genn de Assunção Barros

Ivanildo da Cunha Andrade

Gisane Barbosa de Araújo

Pedro Paulo Pereira Nóbrega

Virgínia Malta Canavarro

Valéria Gondim Sampaio

Ivan de Souza Valença Alves

Valdir José Silva de Carvalho

Dione Nunes Furtado da Silva

Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino

Nise Pedroso Lins de Sousa

Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura

Maria do Socorro Silva Emerenciano

Sergio Torres Teixeira

Fábio André de Farias

Paulo Alcantara

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Sérgio Ricardo Batista Mello

DIRETOR-GERAL

Wladimir de Souza Rolim

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO

Nyéjja Menezes Soares de Azevedo

EDIÇÃO

Núcleo de Comunicação Social (NCS)

CHEFE DO NCS

Eugenio Jerônimo

REDATORES

Núcleo de Comunicação Social: Eugenio Jerônimo · Mariana Mesquita · Helen Falcão · Fábio Nunes
Estagiários de jornalismo: Renata Oliveira · Guilherme Bertouline
Signo Comunicação: Francisco Shimada · Larissa Correia

REVISÃO

Eugenio Jerônimo · Mariana Mesquita

FOTOGRAFIA

Núcleo de Comunicação Social: Stela Maris · Elysangela Freitas / Signo Comunicação: Danilo Galvão

PROJETO GRÁFICO / DIAGRAMAÇÃO

Núcleo de Comunicação Social: Simone Freire · Gilmar Rodrigues / Signo Comunicação: Micaele Freitas

IMPRESSÃO

Imprima Soluções Gráficas (Tiragem: 1.500 exemplares)

Semana da Execução: R\$ 4,07 mi arrecadados

O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) arrecadou mais de R\$ 4 milhões com os acordos e os leilões realizados durante a 5ª Semana Nacional de Execução Trabalhista, que aconteceu entre 21 e 25 de setembro, em todas as unidades do Regional. O objetivo do evento, promovido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), é solucionar o maior número possível de processos na fase de execução, contribuindo para redução da taxa de congestionamento na Justiça do Trabalho.

Ao longo dos cinco dias, pautas extras foram abertas para a tentativa de acordo. Delas, 227 tiveram uma solução consensual e resultaram em uma arrecadação de quase R\$ 3 milhões em créditos trabalhistas, além dos recolhimentos previdenciários e fiscais e os créditos apurados nas hastas públicas. De acordo com a Seção de Estatística do Tribunal, 1.973 partes foram atendidas nas ações da Semana. Já os leilões judiciais de bens penhorados ocorreram nos três últimos dias do evento, sendo em 23 e 24 nos fóruns trabalhistas da Região Metropolitana do Recife e do interior do estado e, no dia 25, na sede do TRT-PE.

A 3ª Vara do Trabalho (VT) de Petrolina fez o maior número de

conciliações do Regional, totalizando 48 durante o mutirão (quadro 1). Já os seis acordos realizados no Núcleo Permanente de Soluções Consensuais de Conflitos do TRT-PE renderam R\$ 294 mil, a maior arrecadação da Semana (quadro 2). O setor organiza audiências de tentativa de acordo em processos que já estão na plataforma do Processo Judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) e que tramitam em unidades localizadas na capital ou na Região Metropolitana do Recife. As próprias varas podem sugerir a inclusão de processos em pauta, com informações através dos telefones (81) 3225-3370 / 3375.

Os valores arrecadados nas hastas públicas serão direcionados para o pagamento dos credores. O arremate de um Palio Sporting 2013/2014 por R\$ 20.500,00 quitará uma dívida de R\$ 7 mil em um processo que tramita na 1ª Vara do Trabalho de Caruaru, por exemplo. No Recife, um apartamento leilado por 125 mil reais amortizará uma dívida que já passa de R\$ 240 mil. Além de veículos e imóveis, outros itens atraíram o público, com arremate de lotes contendo eletrodomésticos, mobiliário, quadros, jóias,

1 Unidade / Número de acordos

| | |
|---------------------|----|
| 3ª VT de Petrolina | 48 |
| VT de Serra Talhada | 24 |
| 2ª VT de Ipojuca | 14 |
| 2ª VT de Caruaru | 14 |
| VT de Salgueiro | 14 |

2 Unidade / Total arrecadado

| | |
|-----------------------|----------------|
| Núcleo de Conciliação | R\$ 294.000,00 |
| VT de Pesqueira | R\$ 259.751,04 |
| VT de Garanhuns | R\$ 258.450,00 |

3 Unidade / Arrecadação em leilão

| | |
|------------------|----------------|
| 10ª VT de Recife | R\$ 206.400,00 |
| 13ª VT de Recife | R\$ 180.000,00 |
| 2ª VT de Olinda | R\$ 151.800,00 |



Daniel Galvão

sacolas plásticas, entre outros. A soma dos resultados alcançou a marca de R\$ 831.224,00.

Quanto ao leilão, o conjunto de itens oferecidos pela 3ª VT de Jaboatão dos Guararapes atraiu bastante o público, pois, dos 19 lotes apreçados, 14 foram vendidos. Porém, a unidade que mais arrecadou com a realização de hasta pública foi a 10ª Vara do Recife, com cerca de R\$ 206 mil, fruto do arremate de dois imóveis, um

apartamento residencial e uma sala comercial, e de uma máquina gráfica (quadro 3).

A fase de execução ainda é a principal causa de congestionamento no Judiciário Trabalhista, conforme o relatório Justiça em Números, divulgado em setembro pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Até o fim de julho, o TRT-PE possuía 40.261 processos nessa fase, conforme informações da Seção de Estatísticas.

R\$ 6 mi em créditos: Núcleo de Conciliação do TRT-PE alcança resultados expressivos



No final de setembro, o Núcleo Permanente de Soluções Consensuais de Conflitos do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região (TRT-PE) divulgou balanço recente de ações. Em pouco mais de 50 dias, contados a partir de 6 de agosto, o setor homologou

acordos em cerca de 260 processos. O procedimento solucionou os litígios mediante pagamentos que totalizaram aproximadamente a quantia de R\$ 6 milhões em favor dos autores das ações, além de arrecadar cerca de R\$ 490 mil de contribuição previdenciária.

“O Tribunal encontra-se aberto para receber processos em qualquer fase. As conciliações vêm trazendo resultados positivos, desobstruindo as varas e acelerando a execução”, lembra o juiz Eduardo Câmara, responsável pelo Núcleo de Conciliação (foto).

Elyszangela Freitas

Juiz Eduardo Câmara

Centrais de Audiência e Execução na capital

Com a transferência provisória das 23 Varas do Trabalho (vts) do Recife para o Fórum Trabalhista de Jaboatão dos Guararapes, ocorrida devido à interrupção e posterior encerramento das atividades no edifício Sudene, entre julho e agosto, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) determinou a instalação das Centrais de Execuções e Audiências da capital. As duas unidades, coordenadas pelo juiz

Rafael Val Nogueira, começaram a funcionar, respectivamente, em 14 e 15 de setembro.

A Central de Execuções foi organizada para acomodar, temporariamente, cerca de dez mil processos de execução, tendo em vista a impossibilidade de transferência do acervo para o Fórum de Jaboatão por questões de espaço. O gabinete dos juízes e a Secretaria funcionam na sede do TRT-PE, no Cais do Apolo. O Arquivo e o Pro-

colégio ocupam um imóvel próximo, também no Cais. As ações em tramitação no Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJE-JT) permanecem sob responsabilidade das vts do Recife.

No caso da Central de Audiências, a unidade passou a ser responsável, de forma provisória, por mais de quatro mil audiências agendadas para ocorrerem entre 28 de julho e 31 de agosto, mas que não foram realizadas por causa da

interrupção dos serviços judiciais no Recife. Instalada no prédio da Escola Judicial do TRT-PE, no bairro da Encruzilhada, a Central realizou, até o início de outubro, aproximadamente 150 audiências por dia, atendendo cerca de 600 pessoas. No período, quase dois mil processos na fase inicial foram submetidos à apreciação. Até o primeiro semestre de 2016, serão realizadas audiências de razões finais, rito sumaríssimo e instrução.



Damião Galvão

Juiz Rafael Val Nogueira (entrevistado) é o coordenador das Centrais de Execuções e Audiências do Recife



Elyszangela Freitas

TRT-PE se destaca pela boa produtividade

O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) alcançou o Índice de Produtividade Comparada de 92,9%, referente ao ano de 2014. O percentual foi o quinto maior do país, superando os 89,7% da média nacional. A medição faz parte do relatório Justiça em Números, divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 16 de setembro.

O Índice resume o conjunto de dados recebidos pelo Sistema de Estatística do Poder Judiciário em um único número, de modo

a permitir a comparação entre todos os Regionais do Trabalho independentemente do porte. Para isso, avalia a quantidade de processos baixados e os recursos disponíveis em cada Tribunal, incluindo o número de ações novas e pendentes, além de recursos humanos – magistrados, servidores e comissionados – e financeiros.

Em relação à taxa de congestionamento, o TRT-PE teve um acúmulo de 20% dos processos de conhecimento e 69% daqueles em fase de execução. O cálculo con-



sidera o número de ações baixadas no ano em relação à quantidade de novas, mais as que estavam pendentes. A fase de execução ainda é a principal causa de retenção em todos os tribunais do país, porém a taxa de congestionamento nacional vem diminuindo desde 2009.

Quanto aos litígios mais recorrentes, os assuntos referentes à rescisão contratual/verbas rescisórias são os mais frequentes no TRT-PE. Em seguida, vêm os conflitos referentes a seguro desemprego e responsabilidade civil do empregador/indenização por dano moral.

PJe-JT completa três anos

Em setembro de 2012, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) começou uma nova etapa de sua história. A Justiça Trabalhista em Pernambuco deu início à instalação do Processo Judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) na segunda instância e nas Varas do Trabalho (VTs) de Igarassu, cidade localizada na Região Me-

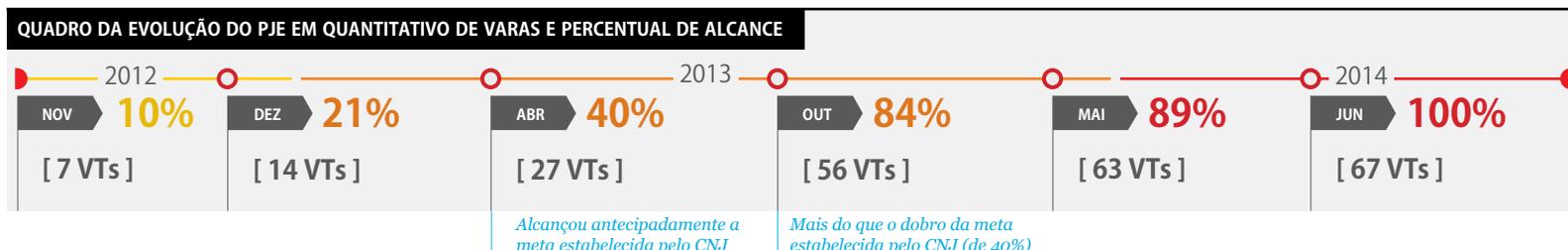
tropolitana do Recife. Em junho de 2014, menos de dois anos depois, todas as unidades judiciárias do estado funcionavam com a ferramenta eletrônica. Confira os detalhes abaixo.

De acordo com o Núcleo de Estatística do TRT-PE, até agosto de 2015, dos 116 mil processos na primeira instância, 91 mil tramitam através da ferramenta

eletrônica. Na segunda, dos mais de 5,6 mil recursos, cerca de 3,8 mil já estão no PJe. Ainda nesse contexto, a 1ª VT de Igarassu foi a primeira a cumprir as determinações do artigo 51 da Resolução Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) 136/2014, que estabelece os parâmetros para a utilização do PJe-JT.

Agora, após três anos da ins-

talação, inúmeros benefícios podem ser listados com o PJe-JT. Celeridade, transparência, qualidade da prestação jurisdicional e maior segurança das informações são alguns destaques. Também com o uso da plataforma eletrônica pela Justiça Trabalhista, mais de 50 mil árvores deixam de ser derrubadas a cada ano, por exemplo.



Bons números das correções em setembro

Para cumprimento do Edital de Correção 08/2015, o corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE), desembargador Ivan de Souza Valença Alves, e a equipe correcional estiveram em nove unidades judiciárias entre 1º e 29 de setembro. Confira os destaques.

▶ **1ª VT de Caruaru** – Cumpriu a Meta 1/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ao solucionar 1.330 processos de conhecimento comparados aos 1.317 distribuídos durante o ano de referência.

▶ **2ª VT de Caruaru** – Atingiu antecipadamente a Meta 2/2015 do CNJ ao identificar e julgar, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até o fim de dezembro de 2013.

▶ **3ª VT de Caruaru** – Superou as Metas 1 e 5/2014 do CNJ ao, respectivamente, solucionar maior número de processos de conhecimento do que os distribuídos e reduziu o congestionamento nas execuções fiscal e não fiscal. Audiências de instrução realizadas em até 16 dias.

▶ **VT de Limoeiro** – Conseguiu controlar os prazos e elevar o número de conciliações, mesmo após receber o acervo processual do extinto Posto Avançado de Surubim.

▶ **VT de Timbaúba** – Solucionou 1.119 processos de conhecimento enquanto recebeu 898 novas ações no ano passado, atingindo o percentual de julgamento de 124,6% e o cumprimento da Meta 1 do CNJ. Audiências de instrução realizadas em 34 dias. Em 2014, eram em 141.

▶ **1ª VT de Goiana** – Em um ano, reduziu os prazos para a realização de audiências. Sumaríssimo de 63 dias para 15 (75%); ordinário de 161 para 16 (90%); e instrução de 364 para 258 (30%).

▶ **2ª VT de Goiana** – Com mais de mil ações ajuizadas desde dezembro do ano passado, quando foi inaugurada, unidade se destaca pelos prazos para designação de audiências: sumaríssimo em 15 dias; ordinário em 44; e instrução em 50.

▶ **3ª VT de Goiana** – Ajuizamento de ações e julgamento de processos em rito sumaríssimo no prazo de até um mês; e de dois meses no ordinário.

▶ **VT de São Lourenço da Mata** – Reduziu, em um ano, a marcação de audiências: ordinário de 80 para 57 dias; e instrução de 280 para 223.

Setembro em Notas

Dias 03, 04 e 05 Conciliação

O juiz Eduardo Câmara participou do 2º Encontro Nacional dos Núcleos de Conciliação da Justiça do Trabalho, realizado em Cuiabá (MT), por iniciativa do TRT23.

Dia 04 Acervo Processual

Através de orientação do Núcleo de Gestão Documental e Memória, a consulta ao Arquivo-Geral deve ser feita por meio de agendamento, enviando nome, telefone e número do processo para o e-mail atendimentoarquivogeral@trt6.jus.br.

Dia 09 Criação de Cargos

O projeto de Lei 2.641/2015, que trata da criação de 128 cargos administrativos para o TRT-PE, foi aprovado na Comissão de Trabalho e passou à Comissão de Finanças e Tributação, em Brasília.

Dia 11 Planejamento

Integrantes da Coordenadoria de Gestão Estratégica estiveram na 1ª VT de Nazaré da Mata onde ofereceram oficinas e palestras, mostrando meios de alcançar metas e desempenhar atividades.

Dia 15 TJC

A Escola Miguel Batista, do Recife, foi a última instituição de ensino a receber o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania neste ano. O projeto, realizado através de parceria entre Anamatra, Amatra6 e TRT-PE, tem como tema *Juventude e mobilização articuladas com Justiça e Educação, fortalecendo a Cidadania*.

Dias 15 e 16 Reuniões

Reunião I O secretário-geral da Presidência, Sérgio Mello, esteve na sede do TST, em Brasília (DF), onde participou da primeira reunião dos secretários-gerais dos Regionais, para discutir temas relacionados a gestão, segurança e previdência.

Reunião II O juiz auxiliar da Presidência, Gustavo Augusto Pires de Oliveira, e as servidoras Maria Terezinha Pimentel de Souza e Elisabete Duarte de Sousa Alves participaram da segunda reunião preparatória para o 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Brasília (DF), onde serão definidas as metas do Judiciário para 2016.

Dia 21 Posse

O desembargador Pedro Paulo Pereira Nóbrega representou o TRT-PE na cerimônia de posse do presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), o desembargador Rogério Fialho, no Recife.

Dia 21 Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência

As servidoras Adriana Freire e Sheyla Bello Madeiro participaram do I Encontro de Comissões de Acessibilidade da Justiça do Trabalho, promovido pelo TRT9 - Paraná

Dia 22 Comunicação

O TRT-PE disponibilizou no site www.trt6.jus.br a Carta de Serviços ao Cidadão, para consulta das atividades oferecidas pela Justiça do Trabalho em Pernambuco à sociedade.

Dia 29 Progecom

O Programa de Gestão por Competências do TRT pernambucano foi um dos destaques do IV Simpósio Nacional de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho, realizado em Brasília (DF), por iniciativa do CSJT. O Tribunal foi representado pela diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas, Kátia do Rego Barros, e pelos servidores Luci Matias, Ana Paula Teixeira e Ricardo Linhares.

9ª Primavera debate labor indígena

Entre os dias 21 e 25 de setembro, o Memorial da Justiça do Trabalho de Pernambuco integrou as atividades da 9ª Primavera dos Museus, evento promovido em todo o território nacional pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

Nos cinco dias da mobilização, o Memorial recebeu palestras, mostra de curtas, exposição iconográfica, oficina e debates em cima do tema *Narrativas simbólicas da cultura e atividades laborais do índio em Pernambuco*. Organizadora do evento, a gestora do Núcleo de Gestão Documental e Memória do TRT-PE, Marcília Gama, destacou a relevância da iniciativa principalmente pela promoção ao reconhecimento do mérito da cultura e da história dos primeiros habitantes do país, inclusive em relações trabalhistas.

“A programação foi elaborada com vistas a refletir sobre o espaço

ocupado pelos índios na sociedade brasileira na atualidade, levando os participantes a vivenciarem uma experiência de aprendizado, respeito e inclusão social das comunidades indígenas. O Brasil é consagrado pela sua diversidade e é preciso respeitar a história para reconhecer e valorizar a identidade com as nossas raízes”, ressaltou.

Vários especialistas compartilharam sua expertise com o público, formado em sua maioria por servidores do TRT6 e estudantes e educadores da rede pública de ensino. A desembargadora do Trabalho Nise Pedrosa acompanhou e representou a presidente do TRT-PE, desembargadora Gisane Araújo, no evento. Um dos palestrantes foi o professor doutor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Edson Silva. Ele abordou as experiências do povo xucuru, morador da região da Serra Ororubá, localizada



Elysaugela Freitas



Elysaugela Freitas

Desembargadora Nise Pedrosa (esquerda) e Marcília Gama, gestora

entre os municípios de Pesqueira e Poção, no Agreste.

Em sua fala, o gestor do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, Hildo Leal da Rosa, enfatizou a importância do resgate e da magnitude da preservação documental. Completaram o time de convidados, o mestre em

antropologia e professor da UFPE Alexandre Gama e a mestre em história e docente da Universidade de Pernambuco (UPE) Maria Lana Monteiro. Eles falaram sobre museus e memórias indianistas brasileiras e experiências culturais e trabalho de campo com a comunidade indígena.

Trabalho Seguro em pauta

Com o objetivo de debater propostas e experiências para o aprimoramento das ações de prevenção de acidentes de trabalho, o I Seminário Nordestino Programa Trabalho Seguro foi realizado em Fortaleza (CE), nos dias 10 e 11 de setembro. Organizado pela Escola Judicial do TRT7 - Ceará-, o evento contou com a presença do

desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE), Fábio André de Farias, gestor regional do Programa Trabalho Seguro.

O magistrado pernambucano representou o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Prevenção de Acidentes de Trabalho da 6ª Região (Getrin6). Por indicação

do TRT-PE, o professor da Universidade de Pernambuco (UPE), Bêda Barkokébas Júnior, apresentou a palestra *A contribuição da engenharia de segurança do trabalho nas perícias judiciais*.

Congresso – Em novembro, o Getrin6 promoverá, no Recife (PE), o II Congresso Pernambucano do Trabalho Seguro. Um dos

palestrantes será o desembargador do TRT3 (Minas Gerais), Sebastião Oliveira, gestor do Programa Nacional do Trabalho Seguro. Também está confirmado o lançamento do livro *Segurança do Trabalho na construção civil*, do professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Antônio Nunes Barbosa Filho.

A crise de legitimidade da democracia

A juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) Roberta Corrêa de Araújo, titular da 14ª Vara do Trabalho (VT) do Recife, lançou, no final de agosto, *Legitimidade do poder político na democracia contemporânea*. A obra sintetiza sua tese de doutorado pela UFPE e faz parte de uma trajetória acadêmica com foco na área do direito constitucional. Em 325 páginas, o livro é importante fonte para quem deseja se aprofundar na temática.

Segundo a juíza, a obra surge em um momento em que a teo-

ria democrática aponta para uma crise da democracia representativa. “Embora nunca antes tenha havido tantos países com regimes democráticos, nunca antes, também, a legitimidades desses regimes foi tão questionada como na era contemporânea. Nesse livro, busquei centrar a análise na crise de legitimidade da democracia representativa no Brasil”, esclarece.

Com o intuito de ilustrar o momento de desilusão da população brasileira em relação ao regime, a autora utiliza pesquisas que quantificam tal desconten-

tamento. Segundo o Índice de Confiança na Justiça Brasileira (ICJ Brasil) de 2013, 95% dos brasileiros afirmaram não confiar em legendas políticas e 81,5% não confiar no Congresso Nacional. “Pesquisas apontam que, aqui no Brasil, apenas 45% da população brasileira apoia a democracia. Isso não quer dizer que a população não enxerga a democracia como regime ideal, mas que ela olha a democracia existente e não se sente contemplada. Isso deslegitima a democracia”, ressalta a magistrada.



Denilo Galvão

Tecnobrega reúne grupos socialmente distintos

O movimento musical, originário do Pará, foi o tema de doutorado da jornalista e pesquisadora Lydia Barros e agora virou livro

Letras de fácil entendimento e apelo sexual caracterizam o estilo que cada vez mais vem ganhando espaço no cenário musical brasileiro, o Tecnobrega.

Batidas rápidas, forte difusão e uma crescente apropriação desse ritmo pelas elites, são alguns dos pontos analisados pela servidora do TRT-PE e jornalista Lydia Barros em seu livro *O tecnobrega no contexto do novo paradigma da legitimação musical*, resultado da pesquisa de doutorado em Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco e lançado em agosto.

A obra observa este estilo parense que reinventou o melodrama da música brega, agregando tecnologia e informalidade, resultando no surgimento de grandes nomes da modalidade, como o da cantora Gaby Amarantos.

Antes tido como som de “favélado”, de “pobre”, o ritmo foi superando os rótulos e cada vez mais sendo consumido pela elite. Segundo a pesquisadora Lydia Barros, “O tecnobrega é um objeto de pesquisa que tem muito a dizer dos fenômenos culturais periféricos da atuali-

dade. Trata-se de uma manifestação que carrega um estigma social, mas que, a despeito de se manter à margem das indústrias culturais tradicionais, cria um mercado paralelo totalmente autônomo e conectado com as novas lógicas de consumo e da tecnologia digital”.

Embora não tenha a mesma dimensão que possui no seu berço, o Pará, no Recife o movimento também demonstra força e se faz presente na cena musical, deixando de lado diferenças e preconceitos que estão

envoltos socialmente e tornando o estilo brega uma ‘liga’ que une um público diversificado.



Divulgação